

III Consulta Ecumênica Latino-Americana de Pastoral Indígena

(São Paulo, Brasil, 18 a 23 de janeiro de 1991)

A Terceira Consulta Ecumênica Latino-Americana de Pastoral Indígena foi realizada em São Paulo (Brasil) entre os dias 18 e 23 de janeiro de 1991. O tema central que ocupou a reunião foi o dos 500 anos do chamado “Descobrimento” e da chegada do cristianismo na América Latina. Em torno desse eixo central, foi se desenvolvendo uma ampla reflexão sobre a particularidade dos projetos históricos dos povos indígenas e suas perspectivas de luta e inserção num projeto global de libertação. A partir desta perspectiva, se analisou o meio milênio de persistente conquista integradora do Ocidente, através da estrutura dos Estados de nossos países, e o papel da Igreja dentro deste mesmo processo.

Esta III Consulta foi uma continuidade da II, celebrada em Quito em 1986, e, embora uma alta porcentagem dos participantes não tivesse participado daquela, sentiu-se um alento comum, um espírito que inequivocadamente mantém viva a unidade do objetivo final, apesar de que as pessoas sejam outras.

Ao longo da reunião, ficou evidente o grau de maturidade do discurso indígena e o crescente número de indígenas agentes de pastoral, sinal inequívoco de que a Igreja abre suas portas aos que secularmente negou o acesso à vida sacerdotal e religiosa. Quando a Igreja lhes concedeu este acesso, o preço foi a renúncia do seu passado, e ao mesmo tempo o encobrimento de processos de recuperação da identidade perdida no sistema de formação eclesial, produzindo crises interiores nas pessoas.

A Consulta encerrou suas jornadas com uma Declaração, a qual contém as constatações básicas comprovadas ao longo da semana. Assumem-se compromissos e abrem-se horizontes de frente ao futuro imediato.

Oferecemos neste documento uma síntese orgânica das principais idéias que foram colocadas nos diferentes momentos. Esta III Consulta, celebrada depois de 8 anos da I (que foi realizada em Brasília de 10 a 14 de maio de 1983), coloca-nos num ponto a partir de onde podemos contemplar à distância, e com maior objetividade, os avanços e retrocessos, as lutas e os triunfos que temos sofrido neste tempo de graça (Kairós), que supôs o despertar do mundo indígena e da pastoral da Igreja nele, ao longo dos últimos 20 anos.

Nos limitamos ao seguinte esquema anunciado na convocatória:

- 1º — Situação dos povos indígenas depois de 500 anos.
- 2º — Raízes históricas dos projetos dos povos indígenas.

3º — Situação atual destes mesmos projetos, e suas perspectivas.

4º — Definição de desafios e articulação de compromissos.

Em cada um desses pontos este projeto indígena confrontar-se-á com a dominação dos Estados e com o papel que as igrejas têm jogado neste longo caminho integrador, algumas vezes ao lado dos dominadores, outras ao lado dos “vencidos”.

1 — Depois dos quinhentos anos...

1.1 — Situação atual dos povos indígenas

1.1.1 — Em geral

Ao longo dos últimos cinco anos podemos assinalar algumas características comuns ao desenvolvimento do movimento indígena no Continente:

a) Dá-se em todos uma tenaz resistência ao avanço integrador dos estados nacionais;

b) Há uma crescente afirmação da própria identidade, de sua condição de povos índios historicamente subjugados;

c) Isto traz como consequência a recuperação de sua memória histórica e de sua memória mítica;

d) É cada vez mais clara a identificação entre os problemas de terra e território, os de cultura e os da autodeterminação. Não há autodeterminação se não houver identidade; não há identidade se não houver cultura; não há cultura se não houver territórios;

e) Vão-se abrindo alianças com outros setores oprimidos da sociedade, através de mobilizações concretas, em objetivos convergentes, a partir da defesa da terra e dos recursos naturais, das reivindicações étnicas e culturais.

1.1.2 — No político

Neste aspecto há uma tendência generalizada dos movimentos índios, na América Latina, rumo a uma maior unidade na luta decidida pelo exercício de suas próprias formas de poder. Emerge cada vez com mais força no horizonte a necessidade de intervir na política, inclusive formando novas agrupações partidárias de corte étnico. Tem esta orientação maior relevo nos países andinos e meso-americanos.

1.1.3 — No cultural

Dá-se um crescimento qualitativo para o interior dos mesmos povos indígenas. Cada dia são mais os profissionais que se formam academicamente; cada dia são mais os que olham cientificamente as suas próprias raízes e descobrem a rica memória acumulada e que vai se perdendo com os anos; cada dia são mais os centros onde se estabelece uma maior clareza para o que é a tradicional educação bilíngüe; abrem-se espaços para uma formação inter-

cultural, a partir do diálogo entre o próprio passado e as possibilidades que oferecem-lhes os avanços da ciência e da tecnologia.

1.2. — O projeto do Estado

1.2.1 — No jurídico

Se é certo que houve conquistas nas legislações e determinações dos países, fruto de longas lutas dos povos indígenas, o Estado segue sendo integracionista e assimilador. Embora em teoria se reconheça o pluralismo étnico que consagram a totalidade das Constituições, na prática segue havendo um racismo discriminador. Os territórios indígenas seguem sendo presa do colonialismo interno; são abertas as portas da Amazônia às grandes multinacionais madeireiras e de mineração; os projetos de abertura de estradas se executam a partir de critérios do lucro capitalista e não de comunicação para o interior dos grupos atingidos, favorecendo assim o mercado exterior e não o local.

1.2.2 — No cultural

O Estado sempre foi destruidor através do sistema educativo formal; porém, hoje vai além do reduzido âmbito da escola: invade o meio ambiente. Os meios de comunicação social são os mais terríveis destruidores de tudo que significa a própria identidade e impõem modelos de comportamento alheios ao meio, homogeneizando a cultura:

a) Antenas parabólicas cobrem espaços imensos antes mergulhados num sagrado silêncio;

b) Com elas penetram até mesmo na medula das raízes culturais dos diferentes povos, que, nessas ocasiões, vêem violentada sua privacidade, produzindo-lhes choques traumáticos de alcance irreparável;

c) Sofisticadas tecnologias, a serviço dos interesses econômicos, são implantadas no meio dos povos indígenas de um modo agressivo, substituindo as antigas tecnologias de cultivo da terra, da tradição medicinal, do sistema alimentício;

d) Há uma permissividade do Estado frente às seitas fundamentalistas, com grave deterioração da vida e culturas autóctones;

e) Não é de esquecer o racismo que, ainda que no discurso formal tenha sido abolido, permanece intacto no fundo da sociedade envolvente e dominante, a cujo serviço se coloca o Estado.

1.2.3 — No militar

Por não haver mais que um só modo de entender o desenvolvimento nacional, sustentado sobre a base do Estado único e absoluto, seguem-se algumas conseqüências no campo militar que afetam os indígenas de maneira dupla:

a) Determinando áreas chamadas de segurança, nas zonas fronteiriças, que constituem um sagrado patrimônio dos índios, recebido dos seus antepassados;

b) Incorporando-os compulsivamente às tropas regulares, onde os indígenas muitas vezes vêm-se confrontados com seus próprios irmãos que engrossam, em alguns casos, pelo mesmo método compulsivo, as fileiras dos que se levantam em armas, fora da legalidade, em grupos subversivos.

1.2.4 — No político

Procura o modo de cooptar, para seus propósitos, algumas organizações fracas, ou cria outras novas, acrescentando novos fatores de incertezas, além dos que já existem normalmente, no interior das nascentes organizações.

1.3 — O projeto da Igreja

1.3.1 — Em conjunto, os últimos anos têm significado um avanço no que se refere ao movimento indígena. Porém isto se dá em distintos níveis: a partir de reduzidos setores que vêm crescer este movimento com simpatia e vão deixando-o em sua própria autonomia e protagonismo, até os que resistem a deixar em liberdade os que tradicionalmente mantiveram sob sua tutela.

1.3.2 — Há um desenvolvimento do diálogo ecumênico com as religiões indígenas. Uma atitude de acompanhamento nas lutas, de participação nas mobilizações e nas denúncias, de assessoramento legal, de orientação na recuperação de sua memória. A Igreja vê no índio o sujeito de sua própria história, e dialoga com seu mundo integral a partir da fé em Jesus.

1.3.3 — Há também o outro extremo: uma Igreja que reproduz os velhos modelos da conquista e legítima, em troca de poder, a atitude etnocida dos Estados. Embora grande parte das organizações indígenas tenha nascido no seio das Igrejas, o passar dos anos e a própria dinâmica levaram essas organizações a descobrir seu caminho próprio. Com isso se chegou a separações e, às vezes, até rompimentos dolorosos. De qualquer modo, as Igrejas mantêm com frequência a única presença permanente que acompanha, desde o silêncio, a estes povos em suas lutas, apesar das efervescências e receios circunstanciais.

2 — Raízes históricas

2.1 — Submergem na profundidade dos séculos as raízes dos ameríndios. Seu projeto remonta há milênios atrás e hoje segue suas próprias características: defesa da terra e de seus recursos e comunhão com eles; estilo comunitário de vida; reciprocidade; autonomia (porém não isolamento); liberdade interior e *força afirmativa de sua própria identidade*. Tudo isto vivido numa extraordinária dimensão religiosa. Isto em seu conjunto o faz diferente do restante dos projetos de outros coletivos. A partir deste enraizamento histórico vem-se produzindo nos últimos anos uma afirmação crescente da própria identidade:

2.1.1 — Recuperação da relação com a terra;

2.1.2 — Firme resistência aos processos de penetração do Estado e à cultura envolvente.

2.1.3 — Organização própria independente.

2.1.4 — Há uma dimensão eminentemente cultural e religiosa no que pôde sobreviver na clandestinidade, através dos complexos sistemas da religião popular.

2.1.5 — Sua relação com Deus é comunitária.

2.1.6 — É específico do projeto indígena a sua expressão mítica e a sua linguagem simbólica, as quais dificultam o diálogo com os demais construtores da sociedade, pois estes normalmente manejam discurso técnico, científico e político (este último muitas vezes desgastado).

2.1.7 — Permanece, contudo, uma forte tensão entre o que se quer chegar a ser e o que lhe impõe a síndrome colonial que leva dentro de si.

2.1.8 — Não obstante a especificidade do projeto indígena, este pode convergir num projeto global de libertação que responda aos interesses e aspirações de todos os setores dominados da sociedade (camponeses, índios, negros, operários, mulheres, etc.), os quais compartilham a condição de vítima do mesmo sistema de opressão e exploração imposto pelas classes dominantes.

2.2 — Estado e Igreja

2.2.1 — O Estado, de uma maneira ou de outra, não retrocedeu nunca em sua dinâmica integracionista e etnocida. Já foi dito mais acima o modo como o Estado tem tratado de integrar o que por natureza é diferente, embora sem o sucesso esperado e suposto. Isto tem sido feito através de imposições de um único modo de ver e interpretar o mundo, da sistemática imposição de um só modelo, dos meios de comunicação social, do deslumbramento dos modelos de desenvolvimento copiados de outras partes, da auto-compreensão do mesmo Estado, como um todo indissolúvel e monolítico.

2.2.2 — A Igreja, por sua vez, produziu historicamente um choque com as culturas da Ameríndia. Seu doutrinamento, sua imposição de fórmulas rituais alheias à tradição milenar destes povos, a extirpação das “idolatrias”, o desenho arquitetônico dos templos (apesar de algumas variantes que nativos introduziram nos elementos decorativos), etc., são uma evidência de como ela colaborou com os poderes estabelecidos na imposição de seu próprio modelo cultural. O Evangelho foi bom; porém, formulado de um modo tão etnocêntrico e ocidental, com características alheias às novas sociedades evangelizadas, que converteu-se hoje em agente destruidor de sua cultura. Teriam de reformular-se as novas correntes da teologia que, ou não incluem, ou somente incluem lateralmente o mundo indígena, que está no substrato de grande parte da população continental.

2.3 — Contribuições do projeto indígena à Sociedade Global

Acreditava-se tradicionalmente que o projeto indígena não significava nenhum chamado à mudança da sociedade. Contudo, as condições de extrema pobreza da população do Hemisfério Sul são tais que no mínimo se poderia encontrar um sinal de saída na proposta dos indígenas. Há razões de sobra para esta esperança.

2.3.1 — De caráter tático

São necessárias as alianças, a solidariedade do restante do movimento popular e de determinados setores das Igrejas. Há que assumir as causas dos demais oprimidos se queremos que eles acompanhem nossas reivindicações: unidos, mas diferentes.

2.3.2 — De caráter econômico

Somente uma proposta de modelo alternativo de desenvolvimento pode tirar os países do Terceiro Mundo do abismo em que se encontram: dívida externa impagável, empobrecimento progressivo, deterioração das classes médias, destruição do ecossistema, etc. No projeto indígena, encontramos elementos de resposta apropriada a cada um destes dramas.

2.3.3 — De caráter religioso e cultural

O projeto indígena é total e dentro dele estão compreendidos estes e outros aspectos que poderíamos assinalar. O religioso amalgama e unifica a diversidade. Porém, a América Latina perdeu a bússola de seu destino. Já não tem o sentido de vocação de suas férteis terras e anda errante atrás de um sonho de desenvolvimento industrial que nunca vai chegar; sonho de pagar uma dívida impagável. O modelo de desenvolvimento alternativo encontrará suas fontes de inspiração no projeto indígena, na sua memória milenar.

2.3.4 — De caráter jurídico

As obsoletas instituições jurídicas do Ocidente, sustentadas sobre as bases da sociedade privada e da terra, não parecem que possam ter valor nem vigência no futuro. Pesquisar no coração do Direito Consuetudinário dos povos, viver a reciprocidade para estabelecer uma nova ordem jurídica internacional podem ser caminhos abertos para uma nova etapa da história dos povos do Terceiro Mundo.

3 — Perspectivas do Movimento Indígena e da Pastoral

3.1 — Embora sigam existindo aqueles que anunciam a morte dos povos indígenas, fruto do avanço desenfreado da sociedade de consumo e do modelo neoliberal, cada dia despontam mais indícios e com maior força de um movimento que cresce quantitativa e qualitativamente. É certo que está duramente condicionado pelo capitalismo, que o futuro não é nítido, que es-

tá sendo *atropelado*. Mas não é menos certo que progressivamente os indígenas são mais sujeitos do *seu próprio destino e definem sua* autodeterminação que *avança* na reflexão sobre a conquista da terra própria, sem a qual não podem ser povo. Tudo isto o fazem desde suas mais profundas raízes milenares sem voltar necessariamente ao passado, embora sustentando-se nele: amam seu pretérito porque sonham com o futuro. O movimento *avança* apesar das adversidades que encontra no caminho.

3.2 — Estratégias a seguir a médio prazo

3.2.1 — Somente o próprio povo pode ser criador e recriador de sistemas de vida alternativos. Porém, isso não se pode fazer de outro modo que não seja sob o signo da identidade como povo ou etnia.

3.2.2 — As organizações têm que ser representativas do próprio povo e seus líderes procedentes do próprio povo, e hão de ser suficientemente lúcidos, como que para ser reflexo do que o próprio povo quer e sente, embora não seja capaz de expressá-lo. Têm que ser intérpretes de suas aspirações e sua utopia.

3.2.3 — O projeto indígena tem que ser inesgotavelmente criativo, em permanente transformação de si mesmo, experimentado na luta contínua, impulsionado de um modo dinâmico, aberto a novas formas de autocompreensão e com uma só meta: a autodeterminação.

3.2.4 — Tem que reforçar a solidariedade com outros grupos, com os trabalhadores, com os negros, com os “sem-terra”, com as mulheres exploradas. Somente unidos se poderá alcançar uma sociedade nova e primaveril.

3.2.5 — Tem que aproveitar todos os meios democráticos a seu alcance: primeiro fazer reivindicações, depois convertê-las em direito adquirido, finalmente conseguindo que se incorporem ao corpo de leis dos Estados. Os espaços conquistados terão de manter-se, até que, no momento oportuno, se avance em direção a novas etapas.

3.2.6 — Tem que sensibilizar a sociedade envolvente, fazê-la entender que o problema indígena é de todos. Que a violência e a morte campeiam precisamente porque os países não têm sido capazes de aceitar-se em sua identidade complexa e perturbada, porém, nesta identidade, os povos indígenas têm um lugar especial e oferecem o melhor de suas esperanças para o bem de todos.

3.3 — Desafios à pastoral

Houve um avanço torrencial ao longo dos últimos vinte anos, que se traduz num alto nível organizacional e reflexivo. As igrejas, às quais em outros tempos correspondeu despertar de suas cinzas a vitalidade indígena, têm que enfrentar agora novos desafios:

3.3.1 — Acompanhar, sem tutela, as organizações em sua marcha pela história, rumo à autodeterminação.

3.3.2 — Praticar o ecumenismo com as religiões indígenas, até agora somente entendido em termos de diálogo entre as Confissões Cristãs e as grandes religiões da humanidade.

Isso requererá

a) Assumir a antiga sabedoria, sua memória, seus livros sagrados.

b) Incorporar à Evangelização, que deve ser dialogante e não doutrinante, a misteriosa riqueza que Deus foi deixando na caminhada desses povos.

c) Referente ao ecumenismo das igrejas cristãs, se devem superar as divergências ideológicas que tanto dividem aos indígenas e deterioram sua visão do único Evangelho de Jesus Cristo.

3.4 — Desafios aos povos e ao movimento indígena

Por ser indígenas, não estão alheios às normais contradições da existência humana. Por isto os grandes desafios que enfrentam são:

3.4.1 — A luta pela terra e pelos territórios como fonte de identidade e de vida, como força originária da autodeterminação e do próprio direito.

3.4.2 — Afirmar o direito de serem diferentes em seu país e não estrangeiros em sua própria terra.

3.4.3 — Os dirigentes políticos, os intelectuais, os pensadores indígenas, enfim, todos aqueles que têm responsabilidade dentro de seu próprio povo, devem reconciliar-se com ele; acompanhar seus anseios e lutas; respeitar seus desígnios; intuir suas aspirações, e não adotar uma atitude de superioridade despótica ou caudilhista, que possa muito bem obedecer a um desmesurado afã de protagonismo pessoal, ou à orientação de partidos políticos.

3.4.4 — Devem ser críticos e criativos, geradores de idéias, estimuladores do projeto, respeitosos da liberdade e abertos a outros grupos humanos que, mesmo sendo distintos, merecem ser aliados na grande utopia da unidade na diversidade.

3.5 — Perspectivas, estratégias e desafios do movimento negro

Como a III Consulta Ecumênica foi celebrada em São Paulo (Brasil), foram convidados alguns dirigentes do movimento negro desse país. Embora haja generalizações que podem atingir toda a negritude latino-americana, deixamos claro que estas linhas somente representam a perspectiva dos participantes e suas organizações de base nacionais.

3.5.1— Denunciar qualquer forma de racismo, fazendo respeitar as conquistas alcançadas pelas modernas constituições nacionais!

3.5.2 — Inserir negros e outras pessoas comprometidas com a causa negra nas instâncias de decisão política, suscitando um debate em torno deste problema no interior dos partidos políticos comprometidos com a causa popular.

3.5.3 — Ocupar espaços nos diferentes segmentos do movimento popular, forjando juntos uma proposta alternativa de sociedade que contemple reivindicações específicas de todos os oprimidos (sindicatos, mulheres, movimentos de bairro, etc).

3.5.4 — Despertar e difundir a consciência afro-americana através de intercâmbios entre os grupos e movimentos negros presentes nos diferentes países da América Latina.

3.6 — Desafios e compromissos da Igreja em relação ao movimento negro

3.6.1 — Criar espaços para a discussão a respeito da discriminação racial, à qual os negros estão submetidos, inclusive no interior das igrejas.

3.6.2 — Intensificar o trabalho com os organismos criados nesta mesma perspectiva.

3.6.3 — Apoiar as organizações de negros não vinculados às igrejas, como parte de sua missão profética e opção pelos pobres, sem os condicionar a sua conversão ao cristianismo.

3.6.4 — Respeitar as religiões tradicionais africanas juntamente com os cristãos que as praticam. Desta forma, fortalecer um novo modo de ecumenismo.

3.6.5 — Escutar, o quanto for possível, e assimilar as “teologias negras” que estão sendo elaboradas em nossas comunidades e por grupos de reflexão organizados para esta finalidade.

3.6.6 — Proporcionar uma formação aos candidatos ao clero, ou agentes de pastoral, que não os afaste de suas raízes, e que lhes possibilite um serviço qualificado e a partir do coração de seu próprio povo.

Conclusão

Esta síntese não contém, nem pretende sequer refletir, a riqueza complexa que se condensou ao longo dos cinco dias da III Consulta. Sabemos que isto somente pode ser entendido, em toda sua amplitude, a partir dos diálogos e debates que ocuparam as longas horas de convivência, onde compartilhamos a alegria de uma vida doada ao serviço do Reino nos mais fracos e pobres, que são os que guardam a esperança. O clima que impregnou o ambiente foi profundamente evangélico, tanto na fraternidade, como no debate, como na plenitude das celebrações de oração, onde todos nos converte-

mos num só em Jesus Cristo, superando todas as diferenças doutrinárias que nos separam.

Se na I Consulta Ecumênica, realizada em Brasília em 1983, foi proposto um objetivo, ORGANIZAR A ESPERANÇA, e na II Consulta, celebrada em Quito em 1986, testemunhamos que a esperança começava a converter-se em realidade, hoje, ao encerrar a III Consulta, podemos dizer, sem temor de equivocarmo-nos, que o que no princípio foi um sonho e mais tarde um despertar, hoje se converteu em toda uma realidade de extremo a extremo do Continente latino-americano.

Taboão da Serra/ São Paulo/ Brasil, 23-01-91

Declaração de São Paulo

Os participantes da Terceira Consulta Ecumênica Latino-Americana de Pastoral Indígena, realizada em São Paulo, Brasil, de 18 à 23 de janeiro de 1991, agentes de pastoral indígena, negros e observadores da pastoral da terra do Brasil,

indígenas oriundos das nacionalidades originárias Aymara, Baniwa, Waunam, Guarani, Inga, Kaingang, Kaqchiquel, Mapuche, Mixteco, Miskito, Nahuatl, Kiché, Terena, Totonaca, Wichi e Zapotecos,

procedentes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela,

membros das Igrejas Anglicana, Católica, Unida, Luterana, Metodista, Morava e Presbiteriana, em fraterna e solidária convivência,

reunimo-nos para refletir sobre nossa presença, serviço e compromisso junto aos Povos Originários na proximidade dos V séculos da presença das Igrejas no Continente.

Manifestamos:

— Que os 45 milhões de indígenas, depois de V séculos de genocídio, etnocídio e toda classe de discriminações, juntamente com outros povos historicamente empobrecidos, seguem padecendo brutais atropelos. Se percebe a ação de extermínio ao serem invadidos e explorados irracionalmente os territórios, recursos naturais e terras indígenas. Especialmente sofrem este despojo os povos da região amazônica.

— Que se nega a participação real aos indígenas, como povos, na construção da sociedade por causa do racismo imperante, relegando-os a serem subumanos.

— Que à exploração da força de trabalho do indígena e do negro (mulheres e homens, crianças e velhos) tem que se acrescentar o peso da dívida

externa, que outros contraíram e aproveitaram, enquanto os que sofrem são as comunidades indígenas.

— Que a aniquilação sistemática de líderes das comunidades é a mostra mais fidedigna de uma política integracionista dos Estados, chegando estes a considerarem-se como donos e senhores absolutos dos povos e culturas indígenas, prática que ainda conservam alguns setores das Igrejas.

— Que se vivem também situações de violência generalizada: invasões de madeireiros e empresas mineradoras; presença de grupos armados, ocupação militar e narcotráfico.

— Que já é hora de acabar com as divisões que as próprias Igrejas provocam com o doutrinamento e sacramentalismo vazios de uma verdadeira vida, que adormece as consciências e amordaça as vozes dos índios. Reconhecemos a ação comprometida e respeitosa, nos últimos anos, de alguns grupos das Igrejas e pessoas cristãs comprometidas em particular.

Diante desta realidade,

os agentes de pastoral comprometemo-nos a:

— Trabalhar para que nossas Igrejas acompanhem, ofereçam espaços, reconheçam e façam a sociedade envolvente reconhecer o Projeto Histórico Indígena, com todas suas implicações e exigências.

— Reconhecer as religiões indígenas dentro de um clima de diálogo ecumênico, respeitoso para com as diferenças.

— Instar a que na IV Conferência do CELAM, de Santo Domingo, 1992, os bispos escutem diretamente aos indígenas representativos de seus povos.

— Trabalhar em nossas igrejas para que se proclame 1992 como o *ano do grande jubileu bíblico* (Levítico 25. 1-25): um tempo de verdadeiro encontro entre povos e culturas, de consolidação de territórios indígenas, dentro de cada país.

— Apoiar decididamente as Organizações Indígenas representativas, em todas suas reivindicações e na realização de seu projeto.

— Exigir a todos os países a ratificação pelos seus parlamentos da Convenção 169 da OIT (1989) sobre “Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes”.

— Trabalhar para que os governos nacionais reconheçam constitucionalmente os direitos dos povos originários.

Os indígenas declaramos:

— Que, apesar de tantas adversidades, fruto destas forças destruidoras, queremos, em aliança com outros setores historicamente empobrecidos (negros, camponeses, os sem-terra, trabalhadores, mulheres, estudantes, etc.), afirmar-nos na luta histórica por seguir existindo como Povos Originários, resgatando os valores fundamentais de nossos antepassados como: Unidade, Terra, Território, Cultura, Autonomia e Direito.

— Queremos manifestar a todo o Continente Americano que nós, os Povos Originários, ainda existimos e que, a partir desta realidade de nosso

ser, oferecemos alguma coisa nova neste momento histórico em que os países atormentados pela miséria procuram ansiosamente um modelo alternativo de desenvolvimento.

Estamos firmes na caminhada rumo a uma nova História.

São Paulo, Brasil, 23 de janeiro de 1991.